

O COLAPSO AMBIENTAL É CAPITALISTA

A SAÍDA PARA
IMPEDIR A
CATÁSTROFE
CLIMÁTICA É
REVOLUCIONÁRIA
E SOCIALISTA



COP30

A FARSA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SOB O COMANDO DO CAPITAL

PROGRESSÃO NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Apesar do comprometimento em palavras de vários países com a redução das emissões GEE a produção de petróleo aumenta a cada ano. O resultado está nos números divulgados pela AIE (Agência Internacional de Energia): “A produção de petróleo deverá atingir uma média de 105,8 milhões de barris de petróleo bruto por dia em 2025, 2,7 milhões de barris a mais do que em 2024. Em 2026, a produção global deverá atingir 107,9 milhões de barris de petróleo por dia, um aumento de 2,1 milhões”.

PLANO DE AUMENTAR EM 120% ATÉ 2030

Acompanhando a produção, a exploração de combustíveis fósseis no mundo atingiu níveis recordes e segue em franca expansão, revelando o abismo entre o discurso climático e as práticas reais. Segundo o relatório Production Gap 2025, os países planejam produzir até 120% mais petróleo, gás e carvão até 2030 do que seria compatível com o limite de aquecimento global de 1,5°C, e 77% acima do cenário de 2°C.

PETRÓLEO NA AMAZÔNIA NÃO!

Essa expansão do extrativismo fóssil ganha contornos ainda maiores e graves na Amazônia, que se tornou uma das novas fronteiras globais do petróleo. Quase 20% das reservas identificadas entre 2022 e 2024 estão localizadas na região. Centenas de blocos exploratórios invadem

territórios indígenas, unidades de conservação e áreas de alta biodiversidade. Essa expansão acelera a destruição florestal, enquanto intensifica a dominação sobre povos originários e comunidades tradicionais, cuja existência depende da preservação de seus territórios.

Na Margem Equatorial, a exploração atrai petroleiras e capitais estrangeiros que veem a Amazônia como mero reservatório de lucro fóssil, inaugurando uma nova corrida imperialista por energia. O legado desta expansão é destruição ambiental, violência territorial e erosão da soberania dos povos da região.

RUMO AO COLAPSO

No Brasil, essa realidade é muito evidente e desnuda a grande contradição: o governo que vai sediar a COP30 expande o pré-sal e a exploração da Margem Equatorial. A corrida por petróleo, gás e carvão, travestida de desenvolvimento e soberania energética, é na verdade a reafirmação de um modelo colonial que empurra o planeta para o colapso em nome do lucro e revela cada vez mais o choque entre o sistema capitalista e a preservação do planeta e da maioria da população.

A devastação da Amazônia não afeta apenas os países que compartilham esse ecossistema, mas compromete a estabilidade climática mundial. Cada poço perfurado na floresta é um golpe contra os mecanismos naturais que regulam a temperatura e o ciclo das chuvas do planeta.

“TRANSAÇÃO” ENERGÉTICA

INVESTIMENTOS EM ENERGIAS LIMPAS TÊM COMO OBJETIVO O LUCRO

Por outro lado, como para o capital o limite é o lucro, em 2025, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), os investimentos em energias limpas (solar, eólica, redes de transmissão e distribuição e baterias) devem ultrapassar US\$ 2,2 trilhões, quase o dobro do que se investe em petróleo, gás e carvão.

Para quem analisa os dados de forma ingênua, o aumento dos investimentos em energia limpa pode parecer um sinal de consciência ecológica das elites e dos grandes investidores. Mas isso é uma ilusão. Não há compromisso ambiental real, há apenas estratégia de lucro.

FINGINDO RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

O capital vai onde há retorno rápido, e as energias chamadas “limpas” viraram um novo negócio bilionário. Com a queda dos custos da energia solar, a expansão da eólica e os generosos subsídios estatais, os bancos, fundos e petroleiras correram para abocanhar esse mercado. São os mesmos que encheram os bolsos com petróleo e carvão que agora se vestem de verde, fingindo responsabilidade ambiental.

O que realmente estão buscando não é a resolução da catástrofe ambiental, mas o controle das novas cadeias globais de energia e mineração. Os poderosos competem por quem vai dominar o lítio, o cobre e o cobalto do futuro. A chamada

A COP29, realizada no Azerbaijão em dezembro de 2024, ficou marcada como mais uma vitória dos combustíveis fósseis. Enquanto as catástrofes climáticas se multiplicavam pelo planeta, a conferência foi dominada por lobistas da indústria petrolífera, que superaram numericamente as delegações de muitos países pobres. Em vez de uma eliminação acelerada dos fósseis, foram assinados compromissos genéricos, que nem de longe poderiam reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Como era de se esperar, a exploração de petróleo se intensificou em 2025, já que o interesse no lucro dos ricos está muito acima

da necessidade de bilhões de trabalhadores/as, juventude, mulheres, negros, indígenas, ou seja, a maioria da população do planeta, pobre e oprimida, que recebe todos os impactos da crise ambiental provocada pelo aquecimento global.

Portanto, o aumento dos investimentos em energia limpa não é um sinal de esperança, mas sim mostra que o capitalismo está se reorganizando para lucrar também com a crise climática. A catástrofe ambiental virou oportunidade de negócio e a própria salvação do planeta foi transformada em mercadoria.

Como se pode concluir, a luta por uma transição energética verdadeira não virá dos mercados, nem dos governos submissos ao imperialismo.

EXPLOSAO DA MINERAÇÃO

Para sustentar essa corrida “verde”, cresce o extrativismo mineral sobre os países empobrecidos. Lítio, cobre, níquel, cobalto — todos indispensáveis para as baterias e turbinas — estão sendo arrancados da América Latina, da África e da Ásia à custa da destruição e da violência. No Chile, na Bolívia e no Peru, a mineração de lítio seca lagos e contamina comunidades indígenas. No Congo, a extração de cobalto envolve trabalho infantil e violência paramilitar. Em vários países africanos e latino-americanos, empresas estrangeiras tomam territórios, destroem ecossistemas e deixam atrás pobreza e poluição, apoiadas por governos servís e aliados ao imperialismo.



CAPITALISMO INSUSTENTÁVEL

ATRASO DAS METAS ESCANCARA INCOMPATIBILIDADE DO CAPITALISMO COM REDUÇÃO DE EMISSÕES

As NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) são os compromissos assumidos por cada país, dentro do Acordo de Paris (2015), para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e se adaptar aos impactos da mudança climática. No âmbito da COP30, os países deveriam apresentar novas NDCs para 2035, pois o estabelecido pelo acordo exige que as metas sejam progressivamente mais rigorosas e alinhadas ao objetivo central de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

No entanto, no prazo oficial, estabelecido para 10 de fevereiro de 2025, apenas 13 países apresentaram suas NDCs e, até meados de setembro, chegou-se a apenas 34 países, que representam cerca de 24% das emissões globais. As NDCs foram estabelecidas para cumprir as metas de chegar até 2030 com uma redução de 42% (comparado a 2019) e, até 2035, uma redução de 57%. O objetivo é chegar ao “Net Zero” (ou “Zero líquido”, que é quando as emissões de GEE liberadas equivalem às removidas) até 2050, mas os países precisam mostrar como vão chegar lá.

A China, responsável por quase um terço das emissões globais, mantém sua meta de atingir o pico de emissões ainda em 2030, o que significa seguir ampliando o consumo de carvão e petróleo nesta década, em plena escalada da crise climática. Os Estados

Unidos, segundo maior emissor, sob o comando de Trump, retiraram-se do Acordo de Paris e, portanto, não têm nenhum compromisso de NDCs estabelecido. Além de ser um defensor radical da exploração de petróleo. A Índia, terceiro maior emissor global, usa o “direito ao desenvolvimento” para justificar a expansão do carvão, apresentando metas vagas e distantes. Na mesma linha, o Brasil — entre os dez maiores emissores — apresentou em 2024 uma NDC prometendo reduzir 59-67% das emissões até 2035, mas na prática amplia a exploração de petróleo e autoriza a expansão descontrolada do agronegócio sobre florestas. Paralelamente, o governo assiste (e frequentemente apoia) o Congresso ao desmontar a legislação ambiental em benefício do agronegócio e da mineração.

O atraso e, ao mesmo tempo, a insuficiência dessas metas climáticas não são fruto do acaso, mas resultado direto de um sistema capitalista que prioriza o crescimento econômico e a competitividade acima da sobrevivência do planeta. Enquanto as potências defendem seus mercados e lucros, os países em desenvolvimento se sustentam no discurso da necessidade de desenvolver-se, e assim vão mantendo intactas as margens de manobra para o capitalismo fóssil sobreviver e a transição energética ficar nas mãos daqueles que não estão interessados em nada mais que seus lucros.

O QUE ESPERAR DA COP30?

MAIS UMA VITRINE DE DISCURSOS VAZIOS

A COP30 se anuncia como mais uma vitrine de discursos vazios, onde os ricos que dominam e seus governos fantoches tentarão disfarçar a continuidade da destruição planetária com promessas verdes e metas mentirosas ou ineficazes. Não há saída ecológica dentro da lógica do lucro. A crise climática é expressão direta de um sistema que vive da exploração e da desigualdade e que tem nome: sistema capitalista.

Somente a mobilização dos povos, a organização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, movimentos indígenas, ambientais e populares poderá impor uma verdadeira transição energética justa, solidária e que seguramente se chocará com o sistema capitalista. A luta pelo clima é, mais do que nunca, uma luta contra o capital, pela sobrevivência da humanidade e por uma sociedade socialista.

RETRATO DA DESTRUIÇÃO

DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO DEVORAM A NATUREZA NO

BRASIL

O Brasil ocupa um lugar de destaque sombrio na crise climática: é historicamente o quarto maior emissor de Gases de Efeito Estufa (GEE) do mundo. No entanto, a origem de nossas emissões revela uma particularidade alarmante: ao contrário de potências industriais como EUA, China e Rússia, o Brasil emite principalmente pela destruição de seus ecossistemas.

O desmatamento e a expansão da

agropecuária capitalista são os grandes vetores das emissões.

Quase metade de todas as emissões nacionais (48%) vem de queimadas e o desmatamento (mudanças no uso do solo). Logo atrás, a agropecuária responde sozinha por 27% do total, consolidando um modelo de devastação que alimenta o aquecimento global.

Essa é a face ambiental da reprimarização da economia

brasileira: um retorno à dependência de commodities. Nossa pauta de exportações se concentra cada vez mais em bens primários — como soja, minério

de ferro e cana — enquanto a indústria de bens manufaturados definha. Esse papel subalterno na divisão global do trabalho redefiniu territórios, promove

violência contra populações indígenas, quilombolas e camponesas, acelerando a destruição ecológica e o saque dos nossos recursos naturais.

PERDEMOS UMA BOLÍVIA EM 30 ANOS

Os números da devastação são chocantes. Entre 1985 e 2023, o país perdeu mais de 110 milhões de hectares de áreas naturais — uma extensão equivalente a todo o território da Bolívia.

As consequências já batem à porta, e a crise hídrica lidera o cenário de emergência. Em 2024, o Brasil enfrentou a maior seca de sua história, intensificando um ciclo perverso: a estiagem alimenta as queimadas realizadas por grandes fazendeiros, que, por sua vez, avançam sobre terras públicas, expandindo a fronteira agrícola. Só no ano passado, a

área queimada no país aumentou 150%, com a Amazônia sozinha respondendo por mais da metade (51%) desse total.

No centro desse colapso anunciado está o Cerrado, a "caixa d'água" do Brasil, onde nascem rios fundamentais para o abastecimento nacional. Em três décadas, o bioma perdeu quase metade de sua cobertura original (46%), com 26,5 milhões de hectares devastados entre 1985 e 2020. Seu relevo plano, que favorece a agricultura mecanizada de grãos, tornou-o alvo de uma destruição sem freios — e sem proteção legal efetiva.

O PAÍS ESTÁ SECANDO

O resultado é um país que está literalmente secando. Desde 1985, o Brasil já perdeu 30,8% de seus corpos hídricos naturais. E o pior está por vir: diante da catástrofe climática em curso, cientistas projetam que, entre 2071 e 2100, as temperaturas podem subir entre 4,5°C e 6°C,

enquanto as chuvas podem cair pela metade em regiões críticas como Norte, Nordeste e Sudeste. O cenário é de emergência. Enormes áreas do território brasileiro, inclusive onde estão localizadas as grandes metrópoles do país, podem ficar inabitáveis até o final do século.

A MÁQUINA DE DESTRUIÇÃO COMO O ESTADO BRASILEIRO ALIMENTA A DEVASTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

A devastação ambiental no Brasil é impulsionada pelo Estado brasileiro, por diferentes governos dos últimos 30 anos, que investiram massivamente na expansão do agronegócio, modelo que associa o grande capital agroindustrial à grande propriedade fundiária.

Nos últimos 30 anos, diferentes governos (de FHC a Lula 3, passando por Dilma, Temer e Bolsonaro) investiram massivamente na expansão do agronegócio por meio de créditos públicos — hoje centralizados no Plano Safra, como mostra o gráfico ao lado.

Esse financiamento público subsidia a abertura de novas fronteiras agrícolas, onde o desmatamento, as queimadas e a técnica destrutiva do "correntão" avançam sobre biomas como o Cerrado e a Amazônia. O objetivo declarado é gerar superávit comercial: garantir

a entrada de dólares no país por meio das exportações de commodities para, em última instância, remunerar o sistema financeiro com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Esse modelo explica por que a destruição ambiental no Brasil está intrinsecamente ligada a conflitos agrários, grilagem de terras públicas e violência contra comunidades tradicionais e povos indígenas.

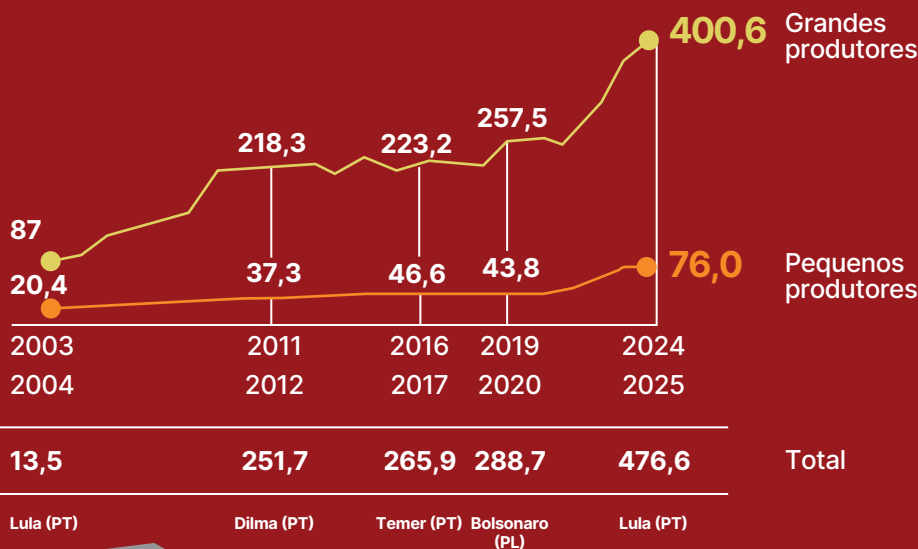
Além disso, o Estado brasileiro promove uma série de obras de infraestrutura para beneficiar o agronegócio, facilitando o escoamento de suas safras — como é o caso da construção de portos ou da expansão rodoviária, a exemplo da BR-319 (leia ao lado) — ou permitindo maior oferta de energia, tal como foi o desastre representado pela construção de Belo Monte, obra promovida pelos governos de Lula e Dilma.



SAIBA MAIS
COMO FUNCIONA O MOINHO
SATÂNICO DA DESTRUIÇÃO
AMBIENTAL NO BRASIL



PLANO SAFRA PARA 2024/2025
É O MAIOR DA HISTÓRIA
VALORES CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO
(EM BILHÕES R\$)



A BOIADA CONTINUA
GOVERNO LULA APROFUNDA
CATÁSTROFE AMBIENTAL

A extrema direita bolsonarista é inimiga declarada do meio ambiente. Sua plataforma defende abertamente a invasão de terras indígenas e o desmonte da legislação ambiental, com um claro projeto de "passar a boiada" se retornarem ao governo.

Por outro lado, o governo Lula não vem combatendo a destruição ambiental. Na verdade, para além de discursos em que cobra dos países ricos responsabilidade na crise climática, seu governo, na prática, aprofunda a catástrofe ambiental.

Ao apoiar políticas que funcionam como verdadeiras bombas climáticas e aceleram

destruição da Amazônia, o governo perpetua um modelo extrativista que há décadas devasta o país e entrega nossos recursos ao imperialismo.

Um exemplo claro disso são as negociações com o governo Trump, nas quais o tema da exploração de minerais críticos e terras raras tem sido incluído na pauta. Paralelamente, o governo busca atrair a instalação de data centers no Brasil e já assinou uma medida provisória para conceder isenção fiscal ao setor – cujo impacto ambiental é brutal, especialmente pelo consumo intensivo de água e energia, sem trazer benefícios reais para o país. O grau de submissão é tamanho que o próprio

dizer que durante as conversas com Trump "não pintou química, pintou uma indústria petroquímica".

Como se não bastasse, o governo não enfrenta as pautas de destruição ambiental aprovadas pelo Congresso – inimigo do povo e do meio ambiente. Ao contrário, a postura do governo é de negociar e até viabilizar alguns ataques, como, por exemplo, a flexibilização da legislação ambiental para grandes empreendimentos.

Vejamos algumas das pautas defendidas pelo governo que aprofundam a catástrofe ambiental e aumentam nossa dependência econômica.



PETRÓLEO NA AMAZÔNIA: A CONTRADIÇÃO CLIMÁTICA

Lula tornou-se um dos maiores entusiastas da exploração de petróleo na Margem Equatorial, fronteira marítima que se estende pela costa amazônica. Os números dessa aposta são perigosos: caso todo o petróleo da região seja extraído e queimado, serão lançadas na atmosfera entre 4 e 13 bilhões de toneladas de CO₂ – volume equivalente às emissões somadas de Estados Unidos e China em 2020.

O risco, porém, não se resume às mudanças climáticas.

Um eventual vazamento ameaçaria a chamada Amazônia Azul, região de manguezais mais extensa do planeta, vital para pescadores e comunidades tradicionais. Um detalhe: os manguezais têm capacidade de absorver o dobro de carbono que uma floresta tropical.

A exploração do petróleo na região só vai servir às grandes petroleiras internacionais e aos acionistas estrangeiros da Petrobras, que embolsam a renda petrolífera do país.



BR-319: ASFALTANDO
A DESTRUIÇÃO

No coração da Amazônia, o governo insiste no asfaltamento da BR-319, rodovia que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). A história já mostrou que estradas na região funcionam como artérias de desmatamento, abrindo caminho para gri-

leiros, madeireiros e pecuaristas. E os efeitos já são mensuráveis: após a defesa pública da obra por Lula, o desmatamento no entorno da estrada aumentou 85,2% entre setembro e dezembro de 2024, na comparação com igual período de 2023.



HIDROVIAS: OS RIOS ENTREGUES
AO MERCADO

No dia 29 de setembro, o governo publicou decreto concedendo à iniciativa privada as hidroviias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós – três dos mais importantes cursos d'água da

Amazônia. A medida tende a acelerar o assoreamento, a poluição hídrica e o impacto sobre comunidades ribeirinhas, transformando rios em corredores de commodity.



FERROGRÃO: O TREM DO
AGRONEGÓCIO

Apresentada como solução logística, a Ferrogrão – ferrovia que ligará Sinop (MT) a Miritituba (PA) – é, na visão de especialistas, um vetor de devastação. O traço ferroviário deve pressionar terras indígenas, unidades de conservação e ampliar o desmatamento em regiões críticas,

além de causar erosão e poluição generalizada.

Enquanto o Brasil chega aos fóruns globais vestindo o manto ambiental, a prática continua sendo de políticas atreladas a um modelo extrativista que ignora a ciência e aprofunda a dependência do país.

LUCRO HOJE, COLAPSO AMANHÃ

COMO A LÓGICA DO CAPITALISMO CONDUZ O PLANETA AO COLAPSO CLIMÁTICO

A catástrofe climática e ambiental é alarmante. Ela é resultado do capitalismo, de sua lógica predatória de produzir cada vez mais, explorando e destruindo a natureza e o trabalho humano. Tudo isso para diminuir os custos da produção e aumentar a taxa de lucro.

Nunca na história da Terra as mudanças climáticas foram tão rápidas, o que poderá provocar a extinção de boa parte da vida no

planeta, ameaçando a existência da própria humanidade.

A catástrofe climática é provocada pela enorme emissão de gases de efeito estufa (GEE), resultante da queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão), responsável por 75% das emissões. Os combustíveis fósseis são recursos não renováveis. Todos eles têm uma enorme densidade energética e, juntos, oferecem

mais de 80% da energia global. E todos eles contêm carbono, que é liberado na atmosfera quando queimado. A queima de combustíveis fósseis, desde a Revolução Industrial, é o que provoca o aquecimento global. Tanto o dióxido de carbono (CO_2) liberado pela queima de petróleo e carvão, quanto o metano (CH_4) liberado pelo gás, aumentam a retenção de calor na atmosfera da Terra. O CO_2 leva cerca de dez anos para

atingir seu máximo de retenção de calor, mas permanece na atmosfera por séculos. Assim, o aquecimento atual reflete emissões passadas, e as atuais comprometem o clima das futuras gerações de forma irreversível.

Mais barata e lucrativa, a matriz fóssil expandiu-se rapidamente, libertando o capitalismo das restrições energéticas. Isso desencadeou uma expansão produtiva

global com o desenvolvimento de máquinas a vapor e do motor a combustão. Os combustíveis fósseis reduziram o tempo de produção, aumentaram a produtividade e aceleraram a circulação, aproximando regiões distantes e fornecendo novos recursos ao capital. Em suma, permitiram que a Terra se transformasse em um único organismo econômico mundial.

A TRILHA DE DESTRUIÇÃO CLIMÁTICA DESDE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Mas o resultado catastrófico foi o rápido aumento das emissões de GEE. Como vemos no gráfico 1, a partir de 1850, início da expansão industrial, houve um salto no aumento da temperatura da superfície da Terra nos últimos 2 mil anos.

O auge da matriz energética fóssil foi alcançado quando o petróleo e seus derivados tornaram-se definitivamente a base energética absoluta do desenvolvimento do capitalismo, na segunda metade do século XX. Apenas após a Segunda Guerra Mundial é que a penetração do petróleo nos sistemas de energia foi massiva. Se em 1913 o petróleo fornecia 5% da energia mundial, em 1970 era responsável por 50%. Isso significou ainda mais emissão de GEE na atmosfera e, por isso, como se vê no Gráfico 2, a partir

dos anos 1970 há outro grande salto no aumento da temperatura global. O que chama a atenção nesse gráfico é que, a partir de 2010, houve um novo salto no aumento da temperatura, registrando pela primeira vez um aumento superior a 1°C em relação aos níveis pré-industriais de 1850. Desde então, registraram-se os anos mais quentes dos últimos 2 mil anos, sendo que 2024 foi o ano em que a temperatura superou pela primeira vez a barreira de 1,5°C.

A ciência alerta que limitar o aquecimento a 1,5°C já implica enfrentar mudanças climáticas mais severas. A humanidade nunca enfrentou uma crise assim. Acima de 2°C, há risco de pontos de ruptura no sistema terrestre e ameaça a cidades costeiras (leia ao lado).

Em 2024, também foi registrado um recorde nas emissões globais de CO₂. Ao todo, mais de 374 bilhões de toneladas de CO₂ foram lançadas na atmosfera, apesar dos alertas da ciência.

Na verdade, estamos diante da maior concentração de CO₂ dos

últimos 800 mil anos conforme o gráfico 3. Um cenário nunca antes vivido pela humanidade.

Como se pode notar, há uma correlação evidente entre as emissões de CO₂ e os gráficos sobre o aumento da temperatura.

GRÁFICO 1

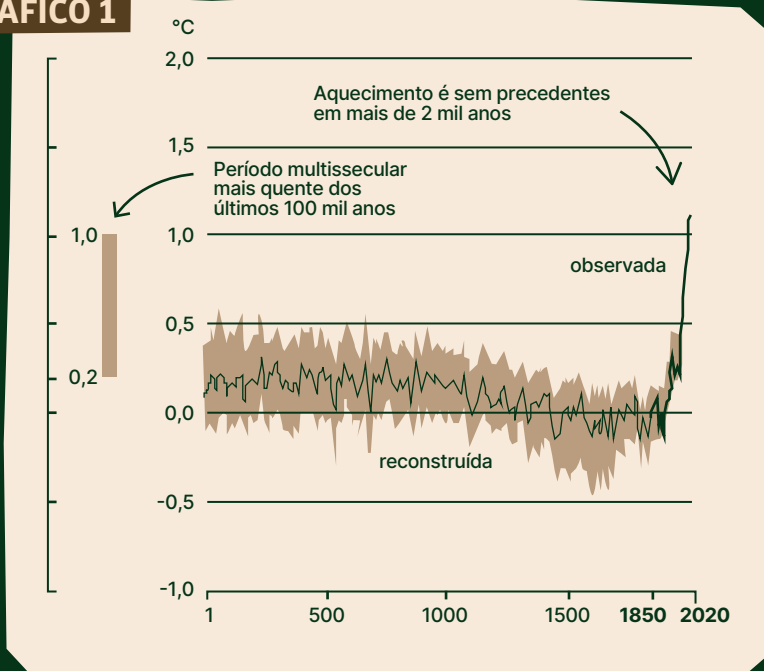


GRÁFICO 2

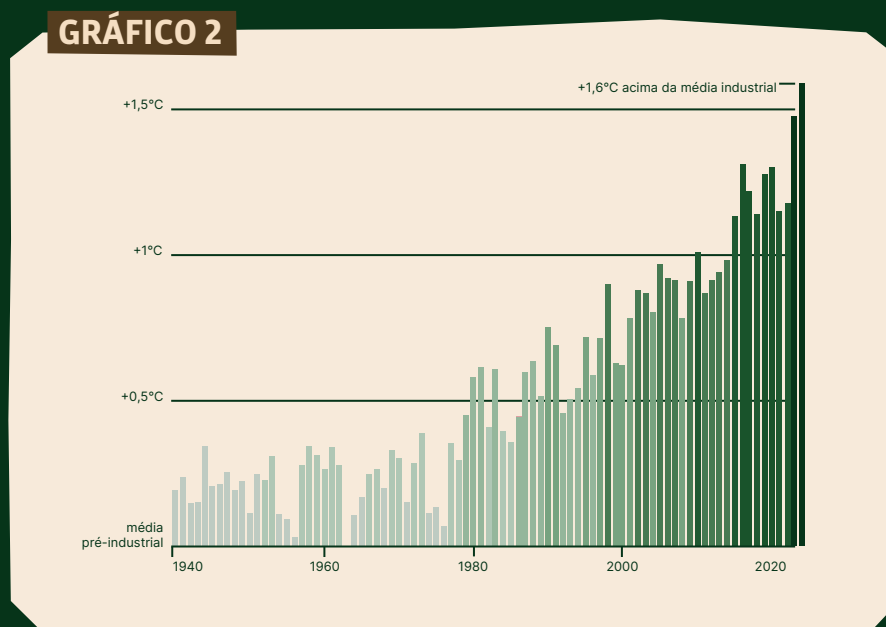


GRÁFICO 3



RESPONSÁVEIS PELA CATÁSTROFE: NAÇÕES IMPERIALISTAS E OS SUPER-RICOS

Ao longo da história, os países que mais emitiram GEE foram EUA, China, Rússia e Brasil, como se pode ver no gráfico 4. Também é possível ver que outras nações imperialistas, como Alemanha, Reino Unido, França e Japão, também somam expressivas emissões e, quando somadas, ultrapassariam facilmente Rússia e Brasil.

Entretanto, a industrialização da China e sua emergência como uma nação imperialista nas últimas três décadas tornou o país o maior emissor anual de CO₂ do mundo. Mas uma análise per capita revela uma realidade diferente: as emissões chinesas foram de 7,41 toneladas por pessoa, ou seja, metade dos 14,24 toneladas por habitante dos EUA, destacando disparidades que revelam o enorme consumo de energia e recursos pela principal potência imperialista do mundo.

Segundo um estudo publicado pela Oxfam, os 10% mais ricos

são responsáveis por 50% das emissões de GEE em todo o mundo conforme se vê no gráfico 5. Os 50% mais pobres são responsáveis por apenas 8% das emissões de GEE.

O estudo também revela que o 1% mais rico foi responsável pela mesma emissão de carbono que os 66% mais pobres do mundo, ou seja, 5 bilhões de pessoas. Portanto, não são todos os humanos os responsáveis pela catástrofe climática. É apenas um punhado de endinheirados que goza de uma vida de luxo à custa da exploração da natureza.

Isso destrói o argumento dos ideólogos da burguesia que tentam responsabilizar toda a humanidade pela crise. Culpar a “humanidade” de forma abstrata obscurece as reais forças motoras da destruição ambiental: o modo capitalista de produção, as relações de poder e de classe e a opressão de raça e gênero que o sustentam.

GRÁFICO 4

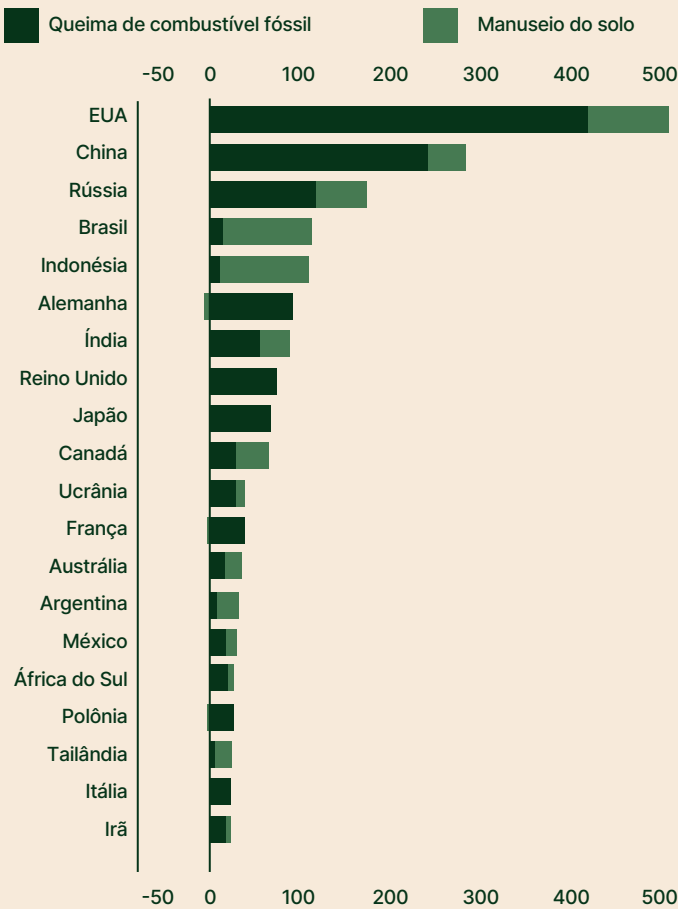
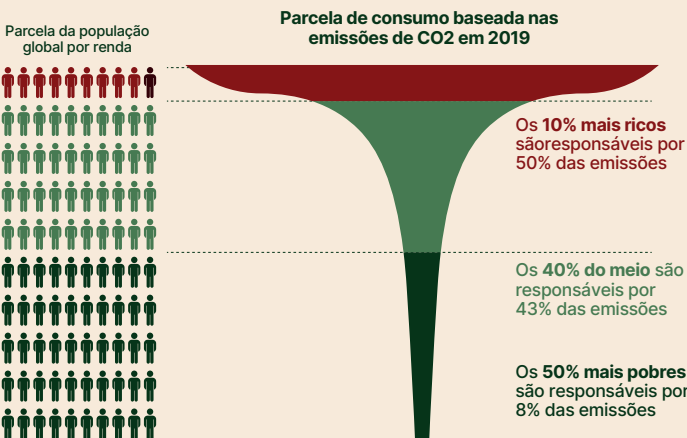


GRÁFICO 5



TERRA ARRASADA QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DO COLAPSO CLIMÁTICO?

Dados da ciência mostram que estamos cruzando o limite de 1,5°C, rumo a um clima drasticamente mais severo até o final deste século. Se a temperatura ficar acima de 2°C, pontos de não retorno seriam acionados e um efeito dominó irreversível levaria ao colapso das calotas polares, elevação dos oceanos

e desertificação de vastos territórios. A 3°C, a biosfera entraria em colapso; a 4°C, desencadearia a sexta extinção em massa, eliminando a maioria dos mamíferos e acidificando os oceanos.

O degelo libertaria vírus e bactérias ancestrais, espalhando pandemias inéditas. Secas e inundações torna-

riam regiões inabitáveis, criando milhões de refugiados climáticos. A produção global de alimentos entraria em colapso, acompanhada por escassez hídrica generalizada. Este cenário, impulsionado por um modo de produção predatório, ameaça dissolver as bases da nossa civilização, provocando um retrocesso sem precedentes.

SAIBA MAIS O QUE SÃO OS PONTOS DE NÃO RETORNO?

Um ponto de não retorno é um limiar crítico que, quando ultrapassado, desencadeia mudanças irreversíveis no

sistema climático. É como um dominó que, uma vez empurrado, não pode ser contido. Ao atingi-lo, alterações

profundas e autossustentadas são acionadas, sem possibilidade de voltar ao estado anterior. Vejamos alguns deles:

PERMAFROST

O derretimento acelerado do permafrost – um solo permanentemente congelado do Ártico – é uma bomba-relógio climática. Ele armazena gigantescas quantidades de carbono orgânico que, ao descongelar, se decompõe e libera metano e CO₂. Além de acelerar drasticamente o aquecimento, o degelo libera vírus e bactérias ancestrais, ameaçando desencadear novas pandemias.

AMAZÔNIA

A Amazônia aproxima-se perigosamente de seu ponto de não retorno, que a transformaria em uma savana degradada ao perder 20-25% de sua cobertura. Esse colapso tem causa direta: o desmatamento reduz a evapotranspiração, processo vital que gera metade das chuvas da própria floresta.

Também lançaria ainda mais

carbono na atmosfera, acelerando o aquecimento do clima. A conversão em savana secaria os “rios voadores” de umidade que irrigam o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, paralisando a agricultura e o abastecimento de água e energia. Além da catástrofe climática e econômica, a devastação liberaria vírus de seu ambiente, arriscando novas pandemias.

OCEANOS

Os oceanos absorvem 25% do CO₂ presente na atmosfera. Mas o excesso de CO₂ faz com que os oceanos se tornem cada vez mais ácidos e ameaça a cadeia alimentar da qual as espécies oceânicas dependem.

Paralelamente, o derretimento acelerado das calotas polares ameaça colapsar a Circulação Meridional do Atlântico (AMOC). Se isso ocorrer, desencadearia uma reação em cadeia: o Hemisfério Norte

sofreria um resfriamento brutal, enquanto o Hemisfério Sul aqueceria drasticamente.

Esse colapso representaria uma mudança climática global irreversível e catastrófica.

MANTO DE GELO

O derretimento acelerado do Ártico e da Antártida aproxima-se de um ponto de não retorno. Na Groenlândia, a perda de gelo disparou para 286 gigatoneladas/ano, um aumento alarmante em relação às décadas anteriores. Esse

processo realimenta o aquecimento: menos gelo significa menos reflexão solar e mais absorção de calor.

O colapso é ainda mais crítico na Antártida. A Geleira Thwaites, do tamanho do

Paraná, pode elevar os oceanos em quase 1 metro sozinha. Seu colapso desencadearia um efeito dominó, liberando todo o manto de gelo da Antártida Ocidental e elevando o nível do mar em até 3 metros.





8

ROSI PANTOJA
ROBERTO AGUIAR

COP30 REVELA DUAS BELEM:

A DOS RICOS E A DOS POBRES

“Nossa Senhora de Nazaré, pedimos respeito aos povos de todas as Amazônias” e “Vila da Barca também é Amazônia” diziam as faixas dos moradores da Vila da Barca durante o Círio Fluvial, romaria que integra as festividades do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, no dia 11 de outubro.

Enquanto centenas de barcos acompanhavam a romaria fluvial nas águas da Baía do Guajará, a comunidade emitia mais um grito de protesto contra a desigualdade social e a exclusão aprofundadas com a COP30. A Vila da Barca é considerada uma das maiores favelas de palafitas (moradias precárias construídas sobre estacas de madeira acima de territórios alagados) da América Latina e tem mais de 7 mil habitantes.

Formada no início do século 20, como resultado da expulsão da população pobre das áreas centrais da capital paraense, a Vila da Barca está dentro do bairro do Telégrafo, e é vizinha de bairros ricos como Umarizal e Reduto. Das janelas das moradias em palafitas, avistam-se os prédios altos e luxuosos, com apartamentos vendidos a R\$ 18 milhões, nos vizinhos abastados.

POLÍTICA HIGIENISTA

A segregação social é a marca da urbanização das cidades no capitalismo. Os conflitos de classe se expressam na ocupação do espaço urbano. A burguesia ocupa as melhores áreas, com infraestrutura, saneamento básico e segurança; enquanto a classe trabalhadora é forçada a viver em áreas com condições bem diferentes dos ricos.

Com a COP30, a segregação social aumenta em Belém. Os governos realizaram propagandas enganosas para vender a ideia de que a população de conjunto ia ganhar com a realização do evento. Mas a realidade fala mais forte que qualquer propaganda de marketing. Os ricos estão ganhando muito dinheiro com a renovação e valorização urbana. Já o povo pobre sofre com uma política higienista, racista, que visa retirar a população original de suas áreas, como ocorre hoje com a Vila da Barca.

Localizada às margens da Baía do Guajará, a Vila da Barca é um enclave de um quilômetro quadrado na região de expansão imobiliária de prédios luxuosos com vista para a baía no valor de milhões. É uma área estratégica, de interesse do setor imobiliário. Se ainda está lá é por resistência dos moradores, que mais uma vez se enfrentam com políticas higienistas.

“LIXÃO” DOS RICOS

Enquanto nos bairros vizinhos (Reduto-Umarizal), de grande valor imobiliário, são realizadas megas obras do projeto Nova Doca – uma das apostas do governador Helder Barbalho (MDB) para a COP30, com investimento de R\$ 310 milhões – a Vila da Barca se tornou o “lixão” que recebe o chamado “bota-fora” das obras. Em um terreno aberto, rodeado por moradias, é jogada a lama, os entulhos e demais resíduos da Nova Doca.

A avenida Visconde de Souza Franco, conhecida como Doca,

um oásis de prédios luxuosos, é uma das grandes beneficiadas do projeto Nova Doca com uma série de melhorias no saneamento. A água do canal está sendo despoluída e drenada; comportas para controle de água de maré para evitar inundações e tubulação de água potável serão substituídas; e está sendo implantado um novo sistema de esgotamento sanitário.

Agora, adivinhe onde serão despejados os rejeitos produzidos pelos moradores e comércios da Doca? Isso mesmo, na Vila da Barca. O governador Helder Barbalho desapropriou um prédio para construir uma estação elevatória para tratamento do esgoto dos bairros nobres.

A Vila da Barca tem mais de 100 anos de existência. Na comunidade, mais de 80% das moradias são palafitas. Nunca existiu sistema de saneamento. Os moradores sofrem com falta de água potável, falta d’água nas torneiras, esgoto a céu aberto, fiação elétrica exposta e coleta e despejo irregular de lixo. Para o governador Helder Barbalho, esse é um ótimo local para receber o esgoto e as fezes da elite paraense.

O que passa a Vila da Barca é a prova de que a COP 30 não vai beneficiar a todos, mas sim a burguesia. Assim como a Vila da Barca, outras comunidades que estão no cronograma de obras dos inves-

timentos referentes ao evento da ONU sofrem com a política higienista do governo estadual.

Famílias que convivem com os alagamentos e a lama, e que esperavam que suas vidas melhorassem com a macrodrenagem dos canais, foram despejadas à força. Várias residências foram demolidas, e as indenizações não são suficientes para comprar outro imóvel nas redondezas e foram forçadas a buscar moradias em locais distantes do centro, com as mesmas precariedades de antes e sem condições dignas. São jogadas em áreas de vulnerabilidade. Segundo levantamento do InfoAmazônia, estima-se que 500 famílias foram desalojadas com indenizações entre R\$ 5 mil e R\$ 40 mil.

Nos bairros ricos, obras grandiosas foram executadas e já inauguradas. Afinal, essa será a área de Belém que será exibida e mostrada ao mundo. Nessa Belém dos ricos, tudo funciona bem e está a mil maravilhas. Já a Belém dos pobres, segue como antes da COP30: com precária infraestrutura, com esgoto a céu aberto, sem coleta de lixo e uma longa lista de problemas.

A COP30 escancara que no capitalismo existe duas cidades: a da burguesia e a dos trabalhadores. Como disse o geógrafo Milton Santos, na

cidade capitalista: “Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território [...]. A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”.



A GREVE OPERÁRIA QUE ENFRENTOU A DESIGUALDADE SOCIAL E A COP30

Enquanto famílias são despejadas de suas casas, indenizadas com valores que não garantem a compra de uma nova residência nem mesmo na região em que morava, o setor empresarial da construção civil lucrou como nunca com a COP 30. Os empresários lucraram com as megas obras e com os altos preços dos imóveis. E queriam lucrar ainda mais, pagando um reajuste miserável de R\$ 5 nos salários e de R\$ 10 na cesta básica.

Mas eles não contavam com uma pedra no meio do caminho: a organização dos operários e operárias, firmes com o seu Sindicato, filiado na CSP-Conlutas, tendo à frente os militantes do PSTU e da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

“As verbas disponibilizadas pelos governos federal e estadual para as obras da COP30 somam mais R\$ 5 bilhões. Em meio a esse derrame de dinheiro realizado pelo presidente Lula (PT) e pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), os empresários apresentaram uma proposta vergonhosa, um grande desrespeito com os operários e operárias que trabalharam dia e noite para que as obras da COP 30 fossem finalizadas a tempo”, pontua o operário Cleber Rabelo, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Belém (STICMB) e militante do PSTU.

“Mas a nossa resposta a esse absurdo foi uma greve histórica, que ganhou repercussão internacional”, completa.

Foram 10 dias de greve, com atos de ruas, com embates contra os patrões e os governos, que tentaram a todo custo reprimir a luta. “Paralisamos todas as obras, incluindo as principais obras da COP 30. Desmascaramos o governador e mostramos ao mundo a desigualdade social, a opressão e a exploração que vive a classe trabalhadora na cidade sede do evento da ONU, que diz buscar saídas por justiça climática e um planeta melhor. Não foi à toa que a população apoiou massivamente a greve”, ressalta Cleber Rabelo.

FESTA DO CAPITAL IMOBILIÁRIO

A greve desmascarou o discurso mentiroso do governador Helder Barbalho de que a COP30 vai deixar um grande legado para a população de Belém. Mostrou que avançou a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria de empresários, com grandes obras que aprofundam as contradições e geram mais exclusão social.

O que vimos com a COP30 foi uma grande festa do capital imobiliário. A construtora Quadra Engenharia colocou à venda apartamentos de luxo pelo valor de R\$ 18 milhões.

Um pedreiro, com salário médio atual de R\$ 2.063,34, teria que trabalhar 726 anos para acumular o valor de um desses imóveis. Já um servente, recebendo em média R\$ 1.518,00, precisaria trabalhar 988 anos para ter acesso ao mesmo apartamento.

A especulação imobiliária não se reflete apenas no preço de compra e venda dos imóveis, mas também dos aluguéis. Mesmo antes da COP30, Belém foi considerada a segunda capital com o aluguel mais caro do país, com R\$ 57,29 por metro quadrado, perdendo apenas para São Paulo, com R\$ 59,83, segundo dados da FipeZap.

Os preços abusivos das hospedagens chamaram a atenção da mídia. O governo Lula e seu aliado Helder Barbalho esbravejaram punição aos hotéis que cobrassem preços exorbitantes. Mas tais medidas se resumiram a encontrar alternativas para hospedagens. O combate aos preços exorbitantes se chocaria com os interesses das redes hoteleiras, as quais estão sendo incentivadas pelos próprios governos.

Essa situação mostra com quem vai ficar o tal legado da COP 30. A riqueza produzida pela classe trabalhadora seguirá concentrada nas mãos de uma minoria. Foi contra essa realidade, fruto do sistema capitalista, que a greve operária se enfrentou.

CONQUISTAS

Os operários e operárias da construção civil de Belém conquistaram as pautas econômicas e foram

exemplo de luta contra as injustiças e a exploração dos patrões.

“Mostramos à classe trabalhadora brasileira e mundial que é possível lutar e derrotar os empresários e os governos. Mostramos que organizada e com uma direção comprometida com os interesses dos trabalhadores, ligada a uma organização revolucionária, a exemplo do PSTU, a classe operária tem uma força fenomenal”, afirma Cleber Rabelo.

Com a greve, os trabalhadores obtiveram: aumento real de 1,37% nos salários, garantindo um reajuste total de 6,5%, quando a patronal queria dar 5,13%; aumento de R\$ 50 na cesta básica, os empresários queriam impor R\$ 10; pagamento de R\$ 350 referente a participação nos lucros e resultados (PLR); e uma conquista histórica, a classificação das operárias.

O PAPEL DO PSTU NA GREVE

O PSTU tem um histórico trabalho junto aos operários e operárias da construção civil de Belém. A categoria reconhece a presença e o apoio do partido nas suas lutas. Não foi diferente nesta greve. Em todas as passeatas, lá estavam as bandeiras vermelhas do PSTU tremulando no ar.

“O PSTU tem uma relação forte com a classe operária brasileira. Enxergamos o papel central que a classe operária cumpre dentro do sistema capitalista, como força motriz e força revolucionária para derrotar esse sistema opressor e explorador”, diz Aurinor Gama, coordenador geral do Sindicato e militante do PSTU.

“A vitória que obtivemos é parte da combinação da presença de uma direção revolucionária e socialista à frente do sindicato, que construiu a greve apoiada na base, dialogando em cada obra, disputando a consciência da categoria de que era hora de irmos ao embate. Isso foi só uma pequena mostra de que, quando a classe se junta a uma direção consequente e combativa, ninguém segura”, finaliza Aurinor.



os verdadeiros guardiões da floresta

INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CAMPONESES

Em janeiro, indígenas ocuparam a Secretaria de Educação no Pará em protesto contra o fim do ensino presencial, e sua mobilização forçou o governo a recuar. Na COP30, espera-se uma onda de protestos ainda maior, com povos indígenas, camponeses e quilombolas marchando juntos para levar suas reivindicações por direitos territoriais e sociais e denunciar a violência do latifúndio.

Os povos originários estabelecem uma relação com a natureza radicalmente oposta à lógica capitalis-

ta. Em suas sociedades, não vigora a propriedade privada da terra, nem a concentração dos meios de vida por uma classe privilegiada. São comunidades sem divisões de classe, organizadas a partir de princípios coletivos.

Essa estrutura social distinta gera uma racionalidade ambiental profundamente diferente. A prioridade é assegurar a reprodução da vida comunitária, mantendo as relações sociais que permitem uma relação equilibrada com o território. Todas as atividades —

produtivas, culturais, espirituais — orientam-se pelo bem comum e pelo bem-estar coletivo.

Enquanto isso, o capitalismo impõe uma lógica de conquista e dominação: a natureza deve ser submetida ao lucro, transformada em mercadoria a serviço de quem detém o capital.

Essa mesma relação de cuidado e pertencimento se repete entre muitas comunidades tradicionais — seringueiros, ribeirinhos, quilombolas e outros grupos campo-

neses —, que desenvolvem práticas agrícolas e de manejo voltadas para a preservação dos bens comuns.

Os números confirmam essa realidade. Nos últimos 30 anos (1990-2020), o desmatamento em Terras Indígenas foi de apenas 1,1 milhão de hectares, contra 47,2 milhões em áreas privadas. Embora as invasões de garimpeiros, madeireiros e grileiros tenham elevado a taxa de destruição recentemente, o contraste segue gritante. Com os quilombolas não é diferente: entre

1985 e 2022, a perda de vegetação nativa em seus territórios foi de apenas 4,7%, ante 25% em áreas privadas. Eles ocupam cerca de 0,5% do território nacional, mas são guardiões fundamentais da floresta.

Por isso, defender a demarcação de todas as terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, o reconhecimento das posses camponesas e uma reforma agrária radical e adaptada à diversidade dos camponeses brasileiros é condição para manter as florestas em pé, como bem sabia Chico Mendes.

ENTREVISTA

OSMARINO AMÂNCIO: “PARA NÓS, POVOS DA FLORESTA, CAPITALISMO VERDE É UMA TRAGÉDIA”

O Opinião entrevistou Osmarino Amâncio, líder seringueiro que, ao lado de Chico Mendes, lutou contra a destruição da Amazônia por meio dos “empates”, piquetes realizados pelas comunidades que impediam o desmatamento.

COMO VOCÊ AVALIA A POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO LULA?

A gente só escuta a ideia do agronegócio e a política governamental fazendo a parceria com o setor da burguesia agrária. Por trás dos discursos bonitos nas COPs, o que chega pra nós na floresta é que o governo Lula continua a mesma cartilha: defende os megaprojetos na Amazônia, as hidrovias, as estradas para o

escoamento do agronegócio, as barragens e a exploração do petróleo.

MAS E AS POLÍTICAS DEFENDIDAS PELA MINISTRA MARINA SILVA? É CAPITALISMO VERDE?

São soluções de mercantilização da natureza. Quando era ministra, Marina Silva procurou favorecer o “mercado verde”, criou a lei de gestão de florestas públicas que privatiza as florestas, colocando-as para as madeireiras, indústrias farmacêuticas e biopirataria. E essa mercantilização vem com a roupagem dos Créditos de Carbono, o tal do REDD, que vira moeda de especulação na Bolsa de Valores. A empresa

paga e compra o direito de continuar poluindo e desmatando. Então, sob o capitalismo, a “sustentabilidade” virou uma fachada para a especulação financeira.

Esses projetos impõem proibições aos moradores da floresta, impedindo que eles possam fazer seus roçados, tirar madeira para construir suas casas, oferecendo em troca uma miséria. E agora tem fazendeiro grilando terras das comunidades, dizendo que aquela área de floresta preservada é sua, para registrar ilegalmente a posse, usando a própria vegetação para

justificar a “reserva legal”. Desse jeito eles continuam desmatando, mas usam a “reserva legal” como fachada. Tem empresa que faz isso também para vender crédito de carbono. A gente chama isso de grilagem verde.

O capitalismo é capitalismo, seja ele verde, vermelho ou amarelo. E para nós, povos da floresta, para os indígenas e quilombolas, ele é sempre uma tragédia.

COMO FOI A LUTA TRAVADA POR VOCÊ E O CHICO MENDES PELAS RESERVA EXTRATIVISTAS?

Foi um processo que chamamos de um processo revolucionário na luta pela reforma agrária ade-

quada aos seringueiros. Uma luta pelo socialismo, que nós não reivindicamos a propriedade privada. A gente não queria títulos de propriedades, reivindicamos o usufruto dos seringueiros. A gente também se inspirou na criação das Terras Indígenas. E criamos a Aliança dos Povos da Floresta que juntou seringueiros e indígenas na mesma luta. A gente aprendeu que se a gente cair, a floresta cai junto. E é a nossa união que garantiu a nossa sobrevivência, nossos direitos e a floresta em pé. Essa lição é mais viva do que nunca hoje. Precisamos refundar essa Aliança para fazer o empate contra os megaprojetos do agronegócio e desse governo.



COP30: UM BALCÃO DE NEGÓCIOS ONDE CAPITALISTAS FINGEM SER SUSTENTÁVEIS

A COP30 é realizada em um momento em que o colapso climático está se acelerando. A ciência nos mostra que estamos diante de uma catástrofe de proporções civilizatórias; ou seja, capaz de desintegrar a sociedade, aniquilar forças produtivas e gerar um retrocesso histórico sem precedentes.

Nos últimos 30 anos, todas as COPs ou conferências ambientais fracassaram, e o maior exemplo disso é que as emissões de gases de efeito estufa não pararam de crescer, atingindo níveis recordes. O Acordo de Paris (COP21, 2015) surgiu com a meta de limitar o aquecimento a 1,5°C, exigindo redução de 40% nas emissões até 2030 e zero líquido até 2050. Porém, esse acordo nunca foi cumprido e, atualmente, a saída dos EUA sob Trump e a falta de ações concretas de todos os países mantêm o cenário de fracasso.

A hipocrisia capitalista tornou-se explícita nas duas últimas "COPs do petróleo", realizadas em Dubai e no Azerbaijão. Essas conferências revelaram-se verdadeiros balcões de negócios para petroleiras e mineradoras, chegando ao cúmulo de incluir empresas como Braskem - responsável pelo desastre em Maceió - e Vale - autora dos crimes de Mariana e Brumadinho -, que fizeram intenso marketing verde (greenwashing) para mascarar a destruição ambiental.

O fracasso das COPs mostra que o capitalismo é incapaz de resolver a crise climática. Precisamos de um programa classista e socialista, unindo trabalhadores urbanos, indígenas, quilombolas e camponeses - os verdadeiros guardiões da natureza.

A luta deve ser pelo fim dos combustíveis fósseis e por uma transição energética controlada pelos trabalhadores e comunidades. A pauta climática deve chegar aos sindicatos e movimentos sociais, pois a classe trabalhadora também sofre com a catástrofe ambiental. É necessária uma revolução socialista internacional que exproprie as burguesias e supere a propriedade privada.

A seguir, apresentamos alguns pontos para servir de base para um programa socialista para enfrentar a catástrofe ambiental. É uma proposta que deve ser ampliada e discutida com todos aqueles que queiram participar e colaborar com um programa que supere o capitalismo.

UM PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO E SOCIALISTA PARA ENFRENTAR A CATÁSTROFE AMBIENTAL

FIM DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

Redução imediata das emissões de gases de efeito estufa e fim dos combustíveis fósseis.

Nenhuma nova fronteira petrolífera — como a Margem Equatorial — nem novas termoeletricas!

Expropriação sem indenização de todas as empresas de energia e dos recursos energéticos e colocá-las sob controle operário.

Defesa de uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores, e pela reestatização da Eletrobras e das empresas de energia renovável privatizadas.

Elaboração de um plano de transição energética democrático, controlado por trabalhadores e comunidades, com base em energias renováveis.

RUPTURA COM O AGRONEGÓCIO E A MINERAÇÃO PREDATÓRIA

Expropriação sem indenização do agronegócio, da grande mineração e de todas as empresas poluidoras e destruidoras dos biomas.

Fim dos créditos públicos e dos subsídios estatais ao agronegócio. Não às hidrovias e à pavimentação da BR-319, que empurram a Amazônia ao colapso!

Recuperação das áreas desmatadas e dos biomas devastados pelo agronegócio.

Reforma agrária radical, com expropriação dos latifúndios, apoio técnico e financeiro aos pequenos produtores e transição para uma agricultura popular, agroecológica e livre de agrotóxicos, voltada à soberania alimentar do povo.

DEFESA DOS POVOS E TERRITÓRIOS E FIM DOS LATIFÚNDIOS

Reforma agrária radical que extirpe o latifúndio.

Reparação e demarcação imediata das terras indígenas, titulação dos territórios quilombolas e proteção das comunidades tradicionais.

Reconhecimento e reparação das populações atingidas por crimes ambientais.

Garantia do direito à autodefesa de todas as comunidades e militantes que lutam em defesa do meio ambiente, diante da violência patronal e estatal.

ÁGUA E BENS COMUNS FORA DO MERCADO

A água não é mercadoria!

Reestatização sem indenização das empresas públicas de água e saneamento privatizadas.

Fim dos projetos que privatizam aquíferos e recursos hídricos em favor de grandes corporações.

Contra a instalação de Data Centers que consomem energia e água em larga escala, agravando a crise hídrica e energética.

CONTRA A "FINANCEIRIZAÇÃO" DA NATUREZA

Rejeição total aos créditos de carbono e outros mecanismos de "compensação verde" que transformam os ecossistemas em ativos financeiros e expulsam comunidades de seus territórios.

Nenhum acordo com o capital especulativo "verde": a natureza não é um negócio, é base da vida.

PLANEJAMENTO ECOLÓGICO E URBANO SOCIALISTA

Elaboração de um plano popular de adaptação às mudanças climáticas, com investimento público em infraestrutura e prevenção de desastres.

Combate aos incêndios florestais, deslizamentos, inundações e crises de abastecimento, com trabalho coordenado entre comunidades, cientistas e trabalhadores.

Uma revolução verde nas cidades: replanejamento urbano ecológico, transporte público gratuito e de qualidade, ampliação das áreas verdes e habitação digna para a classe trabalhadora.

CONTRA A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E PELO CONTROLE SOCIAL DA PRODUÇÃO

Proibição da obsolescência programada em todos os setores da indústria, com controle operário e popular sobre a produção.

Plano de reindustrialização ecológica para produtos duráveis e recicláveis, reduzindo o uso de recursos.

Garantia do direito à reparação, com livre acesso a peças e manuais, combatendo monopólios tecnológicos.

Pesquisa e inovação sob controle público e coletivo, voltadas à eficiência material, à redução do consumo de recursos naturais e à ampliação da durabilidade dos produtos.



A URGÊNCIA DA REVOLUÇÃO DO SOCIALISMO PARA IMPEDIR A BARBÁRIE CLIMÁTICA

Há 160 anos, Karl Marx já alertava sobre a devastação ecológica gerada pela expansão capitalista e como esta arruinava as próprias bases naturais da produção. Naquela época, o aparato industrial capitalista, movido a combustíveis fósseis, concentrava-se em poucas regiões da Europa, América do Norte e Japão. Foi com a era imperialista, sob a égide do capital monopolista, que a Terra se transformou em um único organismo econômico - expansão alimentada pela queima voraz de petróleo, gás e carvão, cujo resultado dramático é o aquecimento global e

O COLAPSO ANUNCIADO E A BARBÁRIE PLANEJADA

Eventos climáticos extremos se multiplicarão nas próximas décadas, resultando em secas, colapsos agrícolas, escassez alimentar, inundações devastadoras, calor intolerável e desertificação acelerada. Essas mudanças gerarão incontáveis refugiados climáticos - segundo o IPCC, o Painel Climático da ONU, o deslocamento forçado pode atingir até 3,3 bilhões de pessoas até 2100.

Os magnatas do imperialismo fóssil conhecem essas projeções. Sua opção está feita: sacrificar parte da humanidade. O horror do genocídio em Gaza serve de laboratório para os genocídios climáticos que virão, em um planeta degradado com recursos escassos e migrações em massa.

DA DIREITA NEGACIONISTA À ESQUERDA ENTREGUISTA

A extrema direita é abertamente negacionista. Defende o aumento da exploração de petróleo e políticas que beneficiam o agronegócio destruidor da natureza. Persegue e criminaliza movimentos indígenas e camponeses que resistem

à destruição de seus territórios. Enquanto isso, os governos da esquerda reformista, embora façam belos discursos em defesa do clima e defendam um "capitalismo verde" (algo absolutamente irrealizável), aplicam na prática medidas que beneficiam ruralistas, defendem a ampliação da produção de petróleo e vendem nossos recursos ao imperialismo. O pior é que fazem isso em nome de um suposto "desenvolvimentismo" que, no fundo, apenas embeleza o modelo extrativista agro-mineral, reforçando uma estrutura neocolonial e gerando impactos sociais, ambientais e territoriais de vastas proporções.

OPÇÃO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

Precisamos de um programa capaz de unir operários, indígenas, camponeses, quilombolas e povos da floresta contra a devastação ambiental capitalista. Mas que seja um programa socialista e revolucionário, que aponte claramente para a superação do capitalismo.

O socialismo não é a sociedade do desperdício e do consumo ilimitado induzido pelo mercado. É a sociedade dos produtores livremente associados, onde a classe trabalhadora e os setores populares detêm o poder político e econômico, controlam os meios de produção e dirigem a vida política por meio de um Estado operário.

A sociedade socialista acabará com a produção supérflua de bens de luxo, superando a ideologia consumista e a exploração irracional dos recursos que, no capitalismo, servem apenas ao lucro dos empresários. A produção será orientada pelo entendi-

mento das necessidades humanas reais, produzindo o que corresponde às verdadeiras necessidades da população e à proteção do bem comum, estabelecendo uma relação de respeito com a natureza e equilíbrio ecológico.

Isso significa revolucionar como produzimos, quando e o que produzimos. Isso significa introduzir critérios socialistas radicalmente diferentes para reorganizar a produção com base nas necessidades humanas e na restauração dos sistemas ecológicos.

"Decrescer" a economia não é suficiente. Na verdade, retirado o véu da apologia burguesa, uma sociedade do "crescimento" só pode ser aquela onde o coração pulsante são os mecanismos da acumulação capitalista e da produção de mais-valia, cujo resultado é a destruição incessante dos sistemas naturais. Não faz sentido defender a ideia de "decrescimento" em uma sociedade capitalista que depende intrinsecamente da expansão contínua da produção, do consumo e da busca pelo lucro máximo. Precisamos acabar com o capitalismo, não reformá-lo.

Combater a catástrofe significa, portanto, golpear o coração deste sistema: exige o fim da matriz energética fóssil e da produção destrutiva voltada para uma acumulação supostamente infinita em um planeta nitidamente finito.

A disjuntiva histórica "socialismo ou barbárie" nunca foi tão visceralmente concreta. Ou o capitalismo é superado pela ação consciente da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, ou a humanidade perecerá em meio aos escombros de um planeta em ruínas.

